

A EXPRESSÃO CORPORAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA COMPLEMENTAR NA APRENDIZAGEM DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO

*Carisa Ferreira Santos

*Janaína Carla Emiliano dos Santos

*Guadalupe de Moraes Santos Silva

*Vera Lúcia Gomes Pereira

RESUMO: No passado, costumava-se achar que a surdez era acompanhada por algum tipo de déficit de inteligência. Entretanto, como a inclusão dos surdos no processo educativo, compreende-se que eles, em sua maioria, não tinham a possibilidade de desenvolver a inteligência em virtude dos poucos estímulos que recebiam e que isto era devido à qualidade de comunicação entre surdo e ouvintes. Porém, o desenvolvimento das diversas línguas de sinais, e o trabalho de ensino das línguas orais permitiriam aos surdos os meios de desenvolvimento de sua inteligência. Com isso nota-se que desde a antiguidade, o deficiente vem sendo entendido como estigma social, que serve para identificar pessoas marginais e doentes. Ao longo dos tempos esse estigma sofreu alterações em suas denominações até chegar ao termo atual de portador de deficiência. De certa forma, somos o nosso corpo e o corpo somos nós, porque ele acaba também por expressar quem somos. É a nossa forma de estarmos no mundo. Quanto mais vivo for o nosso corpo, mais vivamente estaremos no mundo e, conseqüentemente, nas nossas interpretações. Nosso corpo indica a intensidade de nossa presença na interpretação. Basta ver como socialmente usamos a expressão ninguém para nos referirmos a uma pessoa que não nos diz nada com sua existência, e alguém para nos referirmos a uma pessoa que nos transmite algo.

Palavras-Chave: Aprendizagem, Expressão Corporal, Libras, surdez.

Segundo a declaração dos direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela Assembléia Geral da ONU - 1975, citado por RIBAS (1985), proclama em seu artigo - I, p.10 "... pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais."

A deficiência auditiva que é o foco desse artigo representa 1,5% da população nacional total se caracteriza como sendo um dos grandes problemas da área de Educação especial. As pessoas deficientes de audição são definidas, segundo a Portaria nº 69 de 1986 do CENESP (extinto Centro Nacional de Educação Especial) como "educandos que pela perda total ou parcial da audição necessitam de métodos, recursos e equipamentos especiais para sua educação".

O deficiente auditivo é classificado como surdo, quando sua audição não é funcional na vida comum e hipoacústico aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. Em

geral, os tipos de audição são:

- Condutiva - devido a qualquer afecção do aparelho condutivo.
- Sensorial - devido a qualquer lesão da cóclea e do nervo auditivo.
- Congênita - causada por viroses materna, doenças tóxicas desenvolvidas durante a gravidez ou adquirida, causada por ingestão de remédios que lesam o nervo auditivo.
- Surdez mista - a perda auditiva condutiva e neurosensorial coexistem no mesmo ouvido.

A audição é um sentido fundamental para o desenvolvimento da criança, pois é um dos canais através do qual o indivíduo entra em contato com o meio ambiente. Nesse sentido quando uma criança perde a função auditiva, conseqüentemente irá sofrer um prejuízo, tanto na aprendizagem e uso da linguagem, quanto retirar em suas relações afetivas.

Existem, quatro tipos de surdez são elas: a leve, a média, a severa e a profunda. Os dois últimos casos são os mais prejudiciais á aquisição da aprendizagem e da linguagem. FERREIRA (1994) classifica a deficiência auditiva de acordo com a localização da lesão “sendo condutiva ou sensorial”. A surdez condutiva localiza-se no ouvido externo e/ou médio, significando uma perda ou diminuição da capacidade de “conduzir” o som até o ouvido interno. A surdez neurosensorial localiza-se no ouvido interno e representa uma perda ou diminuição da capacidade de perceber o som (p.105). Essa diferenciação é importante, pois as pessoas com perda condutiva têm maiores probabilidades de serem ajudadas por aparelhos auditivos, do que aqueles com perdas neurosensoriais. Listar as causas conhecidas como associadas á surdez na criança é tarefa difícil, pois o numero total identificado é grande. Os autores nomeiam aproximadamente 150 condições envolvendo perda auditiva. Segundo MARTIN (1995, p. 98),

“As causas foram classificadas de um modo que agora tornou amplamente aceito como o mais satisfatório, ou seja, o momento no qual o processo de doença iniciou. Há quatro categorias principais: as geneticamente determinado, doenças causando dano durante o crescimento e o desenvolvimento intra-uterino, dando ocorrendo durante o período perinatal, imediatamente antes ou logo após o nascimento, dano ocorrendo após os primeiros dias de vida”.

O desenvolvimento do deficiente auditivo apresenta algumas características importantes. Tais características especiais (físicas, psicomotoras ou cognitivas) estão relacionadas com a fase do início da surdez, localização da lesão e quantidade e dos estímulos ambientais a que a criança é exposta. No desenvolvimento intelectual, o deficiente auditivo apresenta prejuízos que envolvem o comportamento verbal, como dificuldade para a formação, generalização e abstração de conceitos. Considerada como um distúrbio “invisível” a deficiência auditiva causa problemas de comportamento, entre eles: relutância em manter contato com pessoas estranha e tentativa de esconder o aparelho auditivo.

Mundialmente, as comunidades surdas criaram a sua própria língua de sinais, ou incorporaram aspectos de outras línguas de sinais. Parte do vocabulário de Libras atual derivou-se da Língua Francesa de Sinais. Este combinou-se com a forma nativa que já era usado no Brasil e tornou-se atual Libras. O deficiente auditivo enfrenta problemas de ordem sócio-emocional, cognitiva e de comportamento, os quais atrapalham a sua integração social. Dentre eles, a limitação da capacidade de comunicação. A

comunicação do deficiente auditivo, em geral, acontece através da Linguagem de sinais. Entretanto, essa forma de comunicação tem se mostrado insatisfatória, devido ao fato de que a população de ouvintes necessita expressar de outras formas, além de verbal (tentativas de oralização) para poder comunicar-se. Com isso a forma de comunicação que prioriza é a não verbal, uma vez que, no caso do deficiente auditivo, a forma verbal de comunicação se torna inviável, sendo necessário, então, fazer uso de outros tipos de comunicação do deficiente auditivo.

Nessa perspectiva, a finalidade desse artigo é dar ênfase à aplicação dos efeitos do uso de técnicas de expressão corporal que visem complementar a Linguagem de Sinais à criança portadora de deficiência auditiva - através da prática de expressão - a sua integração grupal e na comunidade em geral.

INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO NA SOCIEDADE.

A educação especial, como uma modalidade de educação escolar que perpassa níveis de ensino, está definida nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial básica que regulamenta a garantia do direito de acesso e permanência dos alunos nas escolas educacionais especiais e orienta a inclusão em classes comuns do sistema educacional. Considerando a importância da formação de professores e a necessidade de ampliar o sistema educacional inclusivos para a concretização dos direitos dos alunos.

Em mundo cheio de incertezas, o homem está sempre em busca de sua identidade e almeja se interagir á sociedade na qual está inserida. Há, no entanto, muitas barreiras para aqueles que são portadores de deficiência, em relação a este processo de inclusão. Geralmente, as pessoas com deficiência ficam a margem do convívio com grupos sociais, sendo privados de uma convivência cidadã. No Brasil, a Lei federal nº 7853 de Outubro de 1989, assegura os direitos básicos dos portadores de deficiências.

A necessidade e se construir uma sociedade democrática e inclusiva, onde todos tenham seu lugar é um consenso. Segundo alguns especialistas, o Brasil é um dos países que tem uma das legislações mais avançadas sobre acessibilidade. O crédito vai, principalmente para luta do movimento de pessoas com deficiência que compreenderam que a acessibilidade é um dos meios para se alcançar a inclusão social.. o que deve ser feito já está previsto no Decreto federal 5296/2004, conhecido como Lei de acessibilidade, e em muitas outras normas. Mas a lei nem sempre é cumprida e, na realidade uma parte significativa da população ainda vive a margem.

Assegurar os direitos sociais da pessoa com deficiência, criando condições para promover sua autonomia, inclusão social e participação efetiva na sociedade deve ser uma luta diária e de cada um de nós. Segundo Cláudia Werneck, presidente da Escola de Gente, instituição educativa do Estado de São Paulo,

“Incluir não é simplesmente colocar para dentro o que está fora. O conceito de inclusão nos ensina não a tolerar, respeitar ou

entender a deficiência, mas sim a legitimá-la, como condição inerente ao conjunto de humanidade - Uma sociedade inclusiva, é aquela capaz de contemplar sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum. Wikipédia (a enciclopédia livre da internet).

Em países desenvolvidos é cada vez mais freqüente a presença na vida socialmente ativa de pessoas que antes eram excluídas e/ou marginalizada. Por outro lado, nos países em desenvolvimento os avanços têm sido menos acentuados, parcialmente devido ao custo financeiro que determinadas mudanças exigem. No entanto, ao redor do mundo há atualmente uma mudança significativa na concepção de inclusão social.

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação de cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística democrática que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A educação inclusiva atenta a diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Prática pedagógica, coletiva multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta uma sociedade inclusiva.

LIBRAS E EXPRESSÃO CORPORAL UMA ALIANÇA NECESSÁRIA

A presença de uma perda auditiva pode acarretar sérias conseqüências para o desenvolvimento da aprendizagem, porém não cabe mais no contexto educacional atarmos separarmos alunos ditos normais dos alunos com necessidades educativas especiais, pois sim assim fosse não seria inclusão. Já que a educação não compreende em atender apenas alunos especiais, mais aperfeiçoar as condições gerais de ensino e aprendizagem. Sendo fundamental não atender suas diferenças como um estado não desejável, impróprio de algo que cedo ou tarde voltará à normalidade, desenvolvendo nos discentes uma cultura de aceitação e respeito às diferenças.

Trabalhando essas diferenças será possível incluir os portadores necessidade especiais auditiva no contexto escolar, para tanto é crucial inserir disciplina curricular obrigatória a Língua de Brasileira de Sinais (LIBRAS), nesse intuito o Decreto Lei nº 5.626 de 22 Dezembro de 2005 em seu art. 3º nos cola “ A libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos curso de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia de instituições de ensino e do sistema Federal de ensino, publico e privados, do ensino dos estados, do distrito Federal e dos Municípios”.

Outro avanço referente a esta questão é a lei 9.394/96 L.D.B. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que nos coloca em seu art. 5º que o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo. Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais. O conselho nacional de educação publicou, as diretrizes para a educação especial na educação básica, que é formada pela educação fundamental e média. O aluno com necessidades especiais têm o direito de passar por toda essas etapas assim como pela educação superior.

A história da Educação Especial, no caso dos surdos, tem sofrido drásticas modificações ao longo dos tempos. Desde o tempo em que os surdos não eram considerados “pessoas”, até a era moderna, onde em muitos países, a maioria dos surdos tem uma vida igual á de um ouvinte, sem ser dependente de outros.

Na antiguidade os Chineses lançavam-nos ao mar, os Gauleses sacrificavam-os aos deuses Teutates, em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos. Entre os Hebreus predominava a visão bíblica que a deficiência era sina de impureza e representação do pecado (do próprio individuo ou dos pais). Já os Romanos tomavam posições bem mais drásticas em relação ás pessoas com deficiência. Basta observar o que afirmava Sêneca, Apud Silva, (1986, p.129),

“Matam-se cães quando estão com raiva; exterminavam-se touros bravos; cortam-se cabeças de ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos, se nascerem defeituosos e monstruosos, afogamo-los, não devido ao ódio, mas á razão para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis”.

Durante a Idade Média, até o século XVIII, o conceito a respeito da deficiência era basicamente ligado ao misticismo, ao cultismo e á religiosidade, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. Durante esse período o conceito mencionado continuou inalterável, sendo comum famílias com membros deficientes esconderem-nos a fim de não tanto os deficientes, como a própria família “normal”, não sofrer com a discriminação da sociedade vigente.

É só no final da Idade Média e inicio do Renascimento, que saímos da perspectiva religiosa para a perspectiva da razão, em que a deficiência passa a ser analisada sob ótica médica científica. Mesmo com este processo de mudança, ainda permanecia a ambigüidade caridade-açoite. Acreditava-se que era possível tratar doenças e desvios de caráter com torturas. Simultaneamente, eram considerados desafortunados, sendo hospitalizados e tratados com atenção, pois neste período buscava-se o reconhecimento do valor do homem e da humanidade.

No inicio da era Moderna, na segunda metade do século XIX, o oralismo ganhou força e a língua gestual acabou por ser proibida. Era sensual e apelativa ao corpo, vergonhosa - segundo argumentavam os que proibiam. Somente na década de 1960 a língua gestual retornou só que associada ao oralismo. Isso deu origem, onde o foco era a comunicação total e o meio para efetivar

essa comunicação não era tão focado quanto o objetivo de efetiva-lá.

A sociedade atual tem se mostrado cada vez mais industrializada e competitiva. Porém, se considerarmos a filosofia em que se fundamentam os direitos humanos, a qual todos deveriam ter as mesmas oportunidades de aprender e desenvolver suas capacidades, para que pudessem alcançar sua independência sócio-econômica, bem como sua integração na comunidade, notaremos com facilidade a total discordância e incompatibilidade de objetivos sociais, nesses dois aspectos. Nesse sentido, torna-se evidente que o mundo atual não admite mais o deficiente. Esse fato vem fazendo com que surjam novas fontes de pesquisas e de novos métodos que visem possibilitar ao deficiente tanto a sua integração na sociedade como também uma preparação para o trabalho.

Com base nos fundamentos que regem essa filosofia, entendemos que as oportunidades oferecidas pela sociedade às pessoas “normais” deveriam ser também as mesmas para as pessoas deficientes. Todavia, esse direito, vem visto como um desafio pelo sistema educacional regular, pois estes não contam com meios apropriados para proporcionar á tais pessoas o desenvolvimento pleno e integração social. Dessa forma, concordamos com ROSADAS (1994) p 112, quando ela afirma, “Para se descobrir o que é bom para o deficiente é preciso, antes de tudo, saber como são para entendê-los melhor e assim equacionar de forma mais equilibrada as atividades a ele destinadas”.

A proposta Curricular para Deficientes Auditivos do Centro Nacional de Educação Especial, afirma que “antes, de mais nada o deficiente auditivo é um ser físico e mentalmente normal, com capacidade de realizar atividades físicas que a criança ouvinte”. A imagem corporal e o auto-conceito representam outro fator relevante, segundo FERREIRA(1994, p.107), “Quando a criança amadurece e começa a dar significados as informações visual e verbais e que a imagem corporal e o auto-conceito são afetados por estes sistemas. Normalmente esta mudança começa entre 7 e 8 anos. As crianças com deficiência auditiva tem grande impacto nesta mudança”.

Alguns trabalhos sugerem que o desenvolvimento motor da criança com deficiência auditiva está freqüentemente retardado. A coordenação motora também é apontada por vários autores como inferior. A limitação da capacidade de comunicação é o principal problema do deficiente auditivo. Segundo Ciccione (1990, p.21), “A ausência da função acarreta uma modificação na organização neurológica de um indivíduo, que leva a um bloqueio no fluxo de mensagem. A comunicação, como um todo sofrerá interferência”.

Nesse sentido, a comunicação do deficiente auditivo torna-se difetária, pois a forma de comunicação priorizada pela sociedade, em geral, é verbal, e o deficiente auditivo não consegue comunicar-se dessa forma. Segundo PFROMM (1987), p 110, “O termo comunicação geralmente é empregado no sentido de compartilhar o pensamento entre duas ou mais pessoa, quando experimentam um sentido de comunhão e repetição entre si”.

Para COOLEY citado por STOETZEL, 1967 “ a comunhão é o processo pelo qual se transmitem significados entre pessoas”. Consideramos ainda a definição de ATACK, 1995, que a comunicação é uma via de duas mãos onde é preciso que duas pessoas compartilhem, uma dando e outra recebendo informação.

De uma maneira geral, o homem usa o seu corpo para agir e para expressar-se em diversas situações. Expressando-se através dos movimentos podemos-nos manifestar como sujeitos que se relacionam com o mundo. A comunicação sem linguagem dá-se através de gestos e/ou mímicas (língua gestual), onde a relação com outrem é feita através do corpo.

Nessa perspectiva, concordamos com LE BOULCH (1987) quando ele afirma que: a expressão corporal permite que se prospere no abandono do verbalismo, reconduzindo-se a expressão ao nível do “corpo-vivido”, aquele que dispõe para comunicar-se”. Através da expressão corporal, uma pessoa pode revelar-se a outra e assumir uma relação de significantes. Já REVERBEL, (1993), afirma que: “Às capacidades de expressão-relacionamento, espontaneidade, imaginação, observação e percepção são inatas no ser humano, mas necessitam ser estimuladas e desenvolvidas”. As pessoas que portam deficiência precisam de estímulos que, quando precoces, podem auxiliar o desenvolvimento e atenuar os problemas existentes.

A LINGUAGEM CORPORAL EXPRESSIVA DA LIBRAS

A atuação do intérprete caracteriza o fenômeno da sua arte - parasitário ou não da arte de quem ele está interpretando e/ou traduzindo, esta arte só adquire vida ao ser realizada por ele. Intérprete nutre-se do outro, porém é ele que, quando interpretando ou traduzindo com excelência, empresta plenitude às informações cedidas por esse outro. É um instrumentista que usa como próprio instrumento seu corpo e/ou voz. Expressão, presença cênica, voz - tudo deve ser bem conjugado por ele para chegar aos surdos.

A interpretação sugere que ele ouve/vê, à sua maneira, uma matéria dada, e a encarna, corporifica, de acordo com a sua exegese. Ele habita e executa o *outro* através de uma pluralidade de sentidos, captada e expressa. De certa forma, se esconde por detrás do outro (real ou imaginário), apagando seu próprio eu em benefício da transmissão objetiva, clara e convincente desse outro. Ele faz sua interpretação *sui generis* com base em outra criação - a nova criação que ganha vida em cena. Acaba por povoar o mundo com esse novo ser, cuja existência pode ter a duração do tempo de interpretação ou, melhor ainda, da memória dos surdos (quando bem interpretado).

Essa comunicação aos surdos tem, basicamente, dois caminhos. Não é suficiente saber e aprender somente como usar a Língua de Sinais, mas, acima de tudo, entender os surdos - seus aspectos culturais e identitários e a riqueza da sua linguagem - e usar desses recursos. Cada sinal (ou para um sinal) poderá ser modificado dependendo do significado que terá, poderá ser modificado com detalhes específicos para esse contexto específico.

Eles podem variar em diferentes aspectos, não só pelo contexto, mas também dependendo do público-alvo (surdos) a quem está se dirigindo. Ex.: temos o sinal convencional para cachorro e o sinal crasso; também para sexo, gordo e assim por diante. Muitos sinais fazem sentido ancorados ao corpo e diretamente relacionados a essas partes corporais. Temos os sinais da área mental (pensar, aprender, esquecer, lembrar, burro, inteligente, bobo, idéia, sonhos), área auditiva (escutar, ouvinte, fofoca,

ignorar), área oral (falar, oralizar, linguarudo, reclamar, anunciar), área emocional (coração, amor, ódio, saudade) entre outros.

O sucesso da interpretação também dependerá da relação que o intérprete estabeleça com esse outro, subordinando-se a ele, servindo-o e utilizando-se dele. A arte de interpretar ou traduzir da/para Libras, na maioria das vezes, tem muito a ver com a Commedia dell'Arte dos séculos XV ao XVII na Itália, que tinha por fundamentos a improvisação, porque o intérprete vai se tornando o próprio autor da mensagem que está interpretando/traduzindo. Ainda que o intérprete seja coibido pelo excessivo “dirigismo” do outro, ele acaba sendo a base, a essência do próprio texto.

O grande encenador russo Constantin Stanislavsky salientou a importância da técnica em qualquer atuação, falando de três bases fundamentais que podem ser utilizadas pelos intérpretes/tradutores das Libras: Inteligência - capacitação; Vontade-abandono do “Eu”; Sentimento - emoção. Os sentimentos verdadeiros acabam valendo nada se o intérprete não dominar os meios expressivos para que a mensagem possa chegar aos surdos. Surge, então, uma série de domínios corpóreo-faciais necessária, que ampara o intérprete, equipando-o para que não falhe na tarefa de passar do conhecimento apenas lingüístico da Libras para a sua expressão artístico-expressiva.

Esse procedimento será a fusão do intérprete com o outro, fornecendo ao surdo espectador a ilusória possibilidade de escutar, ver e interagir com a própria personagem e não com quem a representava. O intérprete, aqui, abdica do próprio eu, em função do eu absoluto do outro, ainda que atue filtrando nos seus próprios sentimentos e cosmovisão, agindo em seu próprio nome.

Bertold Brecht preconiza aos atores o contrário (que pode em determinados momentos ser perfeitamente utilizado pelo intérprete), ou seja, mostrar a personagem e não apenas encarná-la - isso trará certa vantagem no sentido de criar cumplicidade, interação dos surdos com a interpretação, lembrando que a interpretação é sempre neutra. Esse afastamento brechtiano do intérprete com o que está interpretando visa permitir que o intérprete não se confunda com o outro, mantendo-se, de certa maneira, imparcial.

O que sentimos também é, em geral, definido pelo nosso corpo - as emoções também são eventos corporais. Somos o total das experiências das nossas vidas, todas registradas no nosso corpo, mente e/ou espírito. Logo, precisamos de profunda consciência corporal para descobrirmos parte do que somos e, quando necessário for, quebrar estruturas erradas e cristalizadas para podermos desenvolver a arte da boa interpretação e linguagem corporal expressiva.

Para os intérpretes, em geral, a linguagem corporal possui duas partes: uma lida e expressa com os sinais e expressões corpóreo-faciais que transmitirão informações sobre mim e o outro que estou interpretando - origem na sensação proprioceptiva do corpo. A outra lida e expressa através da Libras que, em muitas das vezes, por seus significados (ou significantes), também se refere a funções corporais e/ou relacionais (advindas da nossa experiência comum). Alguns sinais (Libras) que interpretamos são, num certo sentido, extensão do corpo e dos sentimentos humanos: colher (mão), telescópio (prolongamento do olho), lobo (extensão da boca), raiva, amor, ódio, dificuldade, (signs make sense) etc.

Segundo Lowen, em seu livro Bioenergética: “A linguagem do corpo está repleta de expressões derivadas da consciência proprioceptiva das suas funções. Tais expressões são tão ricas em imagem e significados que nenhum estudioso pode permitir ignorá-las.” A face é a parte corporal que sempre se apresenta abertamente para o mundo. Logo, no contato que uma pessoa faz com a outra, é a primeira parte observada. Cada parte do rosto tem sua própria linguagem corporal: olhos, sobrancelhas, bochechas, boca e queixo podem ser usados para mostrar muitos traços, qualidades, sentimentos, etc. Somente pelo olhar das pessoas podemos aferir uma gama enorme de significados e respostas. Os ombros, braços e mãos falam por si só em nossa própria cultura ouvinte: levar as responsabilidades “no ombro”, abrir “caminhos nos cotovelos”, “mão-devaca”, “dei uma mãozinha” e assim por diante.

Precisamos trabalhar treinar corpo para, então, liberar as couraças que criamos com o passar dos anos. Trabalhar exercícios de respiração, concentração, alongamento, improvisação, teatro, dança, etc. Trarão a integração corpo-mente- Libras, que desencadeia o processo de autoconhecimento e, conseqüentemente, a linguagem corporal expressiva do intérprete.

Sobre o autoconhecimento, preciso citar Moshe Feldenkrais (1904 - 1984), porque durante 40 anos esse russo naturalizado israelense se dedicou ao estudo dos movimentos do corpo humano. Doutor em Física e engenheiro pela Universidade de Sorbonne de Paris, ele defendeu a idéia de que o psiquismo também está estritamente vinculado ao sistema motor. Logo, o repertório gestual de uma pessoa revela as suas emoções, que são afetadas pelo equilíbrio corporal.

Ele dizia também que usamos nosso corpo de forma inadequada e padronizada, do ponto de vista funcional. Precisamos então, segundo ele, perceber esses comportamentos corporais cristalizados para reestruturá-los, tirando as couraças, as marcas que nos deformam e/ou nos tornam repetitivos.

Sobre equilíbrio e coordenação corporal, preciso referir-me ao mestre australiano F. Mathias Alexander (1869-1955), que criou um método (hoje chamado de Técnica Alexander) que se baseia em movimentos dirigidos pela cabeça que coordenam o restante do corpo, objetivando obter o máximo de resultados com o mínimo de esforço. É um trabalho de dissociação corporal que traz um ponto de equilíbrio, permitindo maior facilidade aos movimentos corporais. Essa técnica proporciona uma economia de movimentos e uma maior funcionalidade corporal.

Klaus Viana (uma espécie de “mago do corpo”) diz que o corpo, afinal“...é cheio de ossos que tem direções fixas e definidas e que conhecê-lo, permite que você se organize internamente, o que vai influir muito na sua vida.” Eu, parafraseando, diria que conhecê-los, influirá muito na qualidade da sua interpretação. Esse conhecimento, do entender como os ossos se movimentam, como eles deslizam pelo corpo, fará com que você poupe o excesso de trabalho muscular e, conseqüentemente, evitará o stress a que muitos intérpretes são acometidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos esperar que os surdos sejam “amestrados” ou “domesticados” para condicionarem-se a

gostar de interpretações ou espetáculos que não têm nada a ver com eles. Qual ouvinte que não aprecia uma “bela oratória” dentro de seu próprio contexto? É preciso passar por um letramento interpretativo, por ser a forma mais poderosa e útil de comunicação para as transformações sociais.

Os famosos clichês utilizados pela grande maioria dos intérpretes (mão no coração significando amor, rostos dulcíssimos para Jesus e Maria, etc.) são utilizados idealmente, sem nenhuma verificação de rituais sociais. Os clichês são convenções que não nos convencem mais. Sabemos que as ações concretas na interpretação, o sinal em si mesmo pode ser convencional, mas a forma particular que assume em cada caso será determinada pelos rituais sociais, o contexto, que trará diferentes expressões corpóreo-faciais a cada personagem.

Não adianta apenas termos domínio da língua, da Libras, mas entender o *common-ground* (estabelecê-lo, até), por meio do saber o que vai se dizer, a quem e para que, utilizando assim da linguagem, que será bem mais convincente. O domínio apenas semântico da língua não chegará aos surdos com a eficiência que poderia - o uso pragmático é um poderoso instrumento comunicativo que precisa ser dominado e utilizado.

A interpretação chegará ao seu maior grau revolucionário quando tirar o surdo da participação passiva, como mero expectador, para uma participação inter(ativa) e produtiva deste/nesse processo. Por mais que a interpretação seja de dentro de nós, os personagens vivem para fora, por isso a inter-relação é fundamental - a união das escolas stanislawsiana e brechtiniana.

Nesse processo de comunicação expressiva de linguagem, é importante ter em mente uma verdade elementar de que nada é estético, belo ou feio em si mesmo, porque o que existe é uma comunicação estética. Podemos rir, chorar, elogiar, etc., dentro de cada situação original proposta - o contexto e a intenção é que serão a tônica determinante da expressão corpóreo-facial utilizada concomitantemente com a Libras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ATAACK, Sally M. **Atividades artísticas para deficientes**. Campinas, SP: Papyrus, 1995- (Coleção educação especial).
- CICCONE, Marta. **Comunicação total**. Introdução estratégica a pessoa surda. Editora cultural médica, Rio de Janeiro, 1990.
- FELDENKRAIS, Moshe. **Consciência pelo Movimento**. 2ª edição. São Paulo: Summus, 1977.
- FERREIRA, Silva, **Atividade motoras para deficientes auditivos**. Curso de educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência - MEC, 1994.
- LE BOULCH, Jan. **Rumo a uma ciência do movimento humano** - Porto Alegre. Artes Médicas, 1987.
- LOWEN, Alexander. **Bioenergética**. 3ª edição. São Paulo: Summus, 1982.
- MARTIN, A. **Desenvolvimento cognitivo**. São Paulo: Ícone, 1995.
- PFROMM, S. N. **A criança em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Imago, 1987

REVERBEL, Olga. **Teatrais na escola**: atividades globais de expressão. Ed Scipione, Série: Pensamento e Ação no Magistério. 2ª ed. 1993.

RIBAS, J. **O que das pessoas deficientes** São Paulo. Nova cultura: Brasiliense, 1985.

ROSADAS, Sidney de Carvalho. **Um estudo introdutório de educação física adaptada**. Ensaios: educação física e esporte - Vitória CEF e UFES. Vol 1, 1993.

STOETZEL, Jean. **Psicologia Social**. São Paulo: editora Nacional, 1967 Iniciação Científica. Vol 29.

STANISLAWSKY, Constantin. **A Preparação do Ator**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.